

As Necessidades do Planejamento urbano em Santa Catarina

Prof. Dr. Wilson Jesus da Cunha Silveira

UFSC - Depto. de Arquitetura e Urbanismo
88040-900 Florianópolis SC
wilson@arq.ufsc.br

Conteúdo

1 Introdução

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivos específicos

2 A população catarinense

2.1 A criança e suas perspectivas de vida

2.2 O adolescente, seus sonhos e horizontes

2.3 A mulher e sua participação social

2.4 A participação social dos idosos

3 Conclusões

4 Referências bibliográficas

Resumo: *O presente documento apresenta uma proposta para o desenvolvimento catarinense através do planejamento baseado na geração de trabalho e renda. Apresenta a cultura catarinense baseada em um breve relato histórico de sua formação.*

Palavras chave: *Cadastro técnico, Trabalho e renda, Planejamento urbano*

Abstract: *This document shows the developing catarinenses plan across a people work and rental. Shows the catarinense culture and people development formation history.*

1 Introdução

Os estudos de planejamento urbano com ênfase na área social têm sido objeto de estudo de um grande número de profissionais de diversas áreas de formação. Todos são unânimes em afirmar a necessidade de investimento nas áreas sociais, em especial na construção de moradias populares e infra-estrutura urbana para as áreas carentes. No entanto, os recursos a aplicar necessitam estudo apurado, porque os exemplos dos países desenvolvidos demonstram que os investimentos na área social não são a saída que se espera (Drucker, 1998). Os habitantes do interior, habituados à indústria extrativa, agricultura e pecuária, têm que abandonar suas terras devido à legislação, que proíbe todas as atividades extrativas, sem que essa população seja preparada para enfrentar os novos desafios impostos pela legislação restritiva. Isso exige, cada vez mais planejamentos adequados às realidades atuais e às populações que devem ser reeducadas para as novas funções sociais propostas (Campos Filho, 1992).

Santa Catarina possuiu uma população de pouco mais de cinco milhões de habitantes, dos quais 75% habitam em cidades, ficando a população rural com apenas 25% do total (Fonte IBGE). No entanto, os movimentos migratórios estão longe de acabar, pelo contrário, nunca esses movimentos estiveram tão intensos. Os

problemas sociais poderão ser minimizados através da reabilitação da população menos favorecida para as atividades produtivas, com a formação de mão-de-obra para atividades que proporcionem prazer, trabalho e renda, como afirmou Confúcio: “Faça o que lhe dá prazer e não trabalhe mais um só dia em sua vida”.

As propostas que são apresentadas visam racionalizar os processos produtivos e gerar renda através de produção artesanal, baseada na cultura local da população das comunidades. Essas atividades têm sido a saída para a crise de muitos municípios brasileiros, em especial do nordeste. Trata-se de técnicas alternativas que utilizam o máximo possível da mão-de-obra ociosa da população carente, com triagem das habilidades de cada um, da satisfação e conhecimentos. São necessários alguns materiais alternativos, principalmente subprodutos industriais e outros que admitam a confecção de objetos artesanais, com design que possibilite sua comercialização a turistas e à população em geral. Essa produção, tanto de artesanato como de qualquer outro produto, necessita adequação tecnológica ao meio, aproveitando a disponibilidade de matéria prima, de mão-de-obra e o mercado consumidor. Para a construção habitacional, devem-se pesquisar as técnicas utilizadas nas diversas regiões do estado com sua diversidade cultural de origem e as principais tecnologias utilizadas na construção habitacional brasileira, originada, principalmente na cultura importada. O que se tem notado é uma falta generalizada de pesquisa das reais condições do local onde se constrói, das disponibilidades de matéria prima, de materiais do próprio local, e da relação de forma e técnica construtiva utilizadas. Percebe-se que há uma desvinculação total da técnica com as condições naturais, principalmente das necessidades tecnológicas. A pesquisa e o desenvolvimento de produtos, além da adequação do desenho urbano às condicionantes naturais são imperativas.

A organização de comunidades deve ser feita durante o cadastramento da população juntamente com os levantamentos sócio-econômicos, necessários à organização social dos municípios. As organizações populares devem viabilizar a construção das moradias de interesse social através de cooperativas de mão-de-obra. Essas cooperativas passam a formar empresas populares, devendo ser compostas por profissionais autônomos. As propostas baseiam-se em produtos industrializados nos locais das residências a planejar. Tijolos maciços de solo estabilizado, produtos complementares pré-moldados executados com os materiais disponíveis, de preferência reciclados, baseados na cultura popular, geralmente são mais facilmente aceitos por serem considerados materiais tradicionais, que possibilitam uma certa independência, ao contrário das correntes de geração de ócio e dependência total, embutidos na cultura da globalização. A cultura de origem da população geralmente admite alguns produtos que podem gerar renda, com a produção de materiais aceitos pelo consumidor, devido à identificação com sua origem. Para a redução de custo da construção, sem reduzir a qualidade do ambiente construído, podem ser produzidos materiais no canteiro de obras, com indústrias “portáteis”, que possam ser deslocadas de um canteiro para outro sem grandes dificuldades. As indústrias diluídas tornam-se a solução para a produção de componentes, desde que executados com qualidade. Algumas tipologias básicas de habitação devem ser estudadas com sua correta organização espacial e o equilíbrio com os equipamentos urbanos indispensáveis para uma vida harmônica com o meio-ambiente.

Deve-se, sempre estudar o que a cultura popular aceita, sem imposição de formas ou padrões que o consumidor rejeita. É realmente tarefa pouco usual o planejamento sem imposição porque o planejamento participativo exige uma preparação prévia da população que tem seus próprios conflitos, geralmente por falta de organizações comunitárias e de tradição, que também faltam aos próprios planejadores. Os projetos devem basear-se na organização popular, através de Associações, criadas como entidades jurídicas, declaradas de utilidade pública, para equacionar os problemas de moradia e renda, da população carente. A construção habitacional é a grande fonte de renda e de giro de capital para a população por se tratar de um bem de primeira necessidade, vindo logo depois da renda familiar que é a condição mínima para a sobrevivência digna.

O projeto técnico deve considerar e seguir o levantamento das necessidades, a cultura da população envolvida, os dados dos terrenos, as condicionantes naturais locais, a legislação em vigor, o mercado consumidor e o aspecto estético que se pretende obter e que o usuário aceite. Com essas condicionantes passa-se a elaborar o projeto com a adequação tecnológica necessária ao meio no qual ela será inserida. Os planos devem ser elaborados com a participação da população, uma vez que a habitação será parte importante de seu projeto de vida, assim como a geração de renda para a subsistência da família. A renda tem sido a causa do abandono de seu local de origem ou de moradia, propiciando transferências para as cidades que significam a única possibilidade para suas aspirações.

A legislação municipal é fundamental, uma vez que o projeto deve ser elaborado de acordo com as restrições impostas pelos planos diretores e códigos de obras. Deve-se considerar a necessidade da proposta de projeto de lei específico para cada conjunto habitacional a ser apresentado. Nessa legislação devem ser detalhadas as necessidades de restrição ao uso do solo de cada local específico. Para a execução de habitações, obras públicas e obras de interesse social, devem-se criar cooperativas prestadoras de serviço. Essas cooperativas devem ser criadas para a geração de novas oportunidades de trabalho, para que possam ser transformadas em empresas populares, eliminando todas as formas de dependência. A construção, por ser indústria baseada em serviço, é grande geradora de mão de obra e, com programas de treinamento, pode absorver mão-de-obra não especializada. Devem ser feitas seleções de mão-de-obra de acordo com os conhecimentos prévios, habilidades e desejo declarado da ocupação pretendida por cada indivíduo, constatada em pesquisa prévia. Aqueles que não possuem habilidades para a construção, devem ser considerados como força produtiva para qualquer outra atividade possível de produção ou comercialização. Deve-se sempre procurar a aptidão ideal de cada um e sua satisfação pessoal para o desempenho da função pretendida, sem o que o trabalho passará a ser um sofrimento e a produtividade um fracasso. A maior parte da vida ocorre no trabalho, devendo, portanto, esse trabalho ser agradável para permitir maior produtividade e satisfação a todos. A harmonia social deve ser iniciada na organização comunitária e na produção espontânea. O maior entrave à inovação, tanto de produto como de técnicas e outros aspectos construtivos tem sido a cultura popular, que inúmeras vezes tem retardado determinado produto ou técnica, por não aceitar o padrão proposto. Daí, a escolha de elementos tradicionais, tanto construtivos como de produtos artesanais.

Para a construção, por exemplo, o concreto armado e o tijolo ou bloco cerâmico, são os elementos mais facilmente aceitos. A industrialização da construção tem sido retardada devido ao fator cultural. A casa térrea é sempre concebida com a mesma forma geral, com paredes e telhado executados com material cerâmico, de preferência a cerâmica vermelha. Qualquer tentativa de mudança no padrão geralmente não tem sido bem aceita, sendo muito difícil criar um padrão industrial para casas isoladas, devido ao aspecto geral do telhado, que sempre insistem em reduzir os caimentos, criando goteiras, porque altera o padrão da cultura popular. Várias tentativas foram realizadas com projetos de habitações e obras sociais, com coberturas em arcos de argamassa armada, do tipo abóbadas de berço, de formas e dimensões variadas, tendo a população aceito, simplesmente com o comentário de que é diferente. No entanto, quando se passa a projetar edifícios, mesmo de dois pavimentos, a industrialização passa a ser bem aceita pelo público consumidor em geral.

Além do problema cultural, o custo é também fator importante, uma vez que um terreno compartilhado por mais de uma família, reduz o investimento inicial e a infra-estrutura, permitindo um adensamento um pouco maior, criando áreas livres melhor localizadas. As legislações de uso do solo de quase todos os municípios já prevêem esse adensamento, principalmente porque a Constituição Federal criou e a Lei 6766 regulamentou, através de sua alteração em 1999, lotes populares de até 125 m², desde que os projetos sejam aprovados por lei específica, declarando a área de especial interesse social (AEIS Lei 10.257/01).

O crescimento populacional exige uma política que contemple um crescimento econômico para criar condição de vida digna à população, principalmente porque essa grande massa representa o consumidor. A indústria é gerada pelo consumo, que comanda as operações de comércio. O desenvolvimento econômico pode ser gerado utilizando-se a construção civil como indústria diluída, uma vez que possui um número de consumidores considerável. A produção de habitações para as classes mais privilegiadas irá gerar os recursos necessários à construção das habitações de interesse social. É necessária uma política que vise uma solução global para a habitação popular para dar partida ao desenvolvimento econômico. Mesmo os países mais ricos do mundo têm se utilizado deste artifício para geração e distribuição de renda. Devido ao grande desequilíbrio existente na produção de renda na maioria dos municípios catarinenses, será mais lógico recompor esse equilíbrio na região e não em cada município em particular, segundo as estruturas econômicas (Pinho, 1984). A região da Grande Florianópolis, por exemplo, tem à sua volta municípios ricos em função do consumo do aglomerado urbano. Os municípios do chamado "cinturão verde" representado por Antônio Carlos, Biguaçu, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, e outros têm um enriquecimento baseado na produção de hortaliças e plantas ornamentais que são consumidas por toda a população do aglomerado.

Mesmo sem os recursos necessários, a população tem resolvido, mesmo de forma precária, seu problema de abrigo. Imagina-se sempre uma solução milagrosa e pronta, mas a solução está no processo, que uma vez iniciado vai envolvendo toda a população, com seus representantes legais, organizações comunitárias para representação política e profissionais habilitados, de preferência da mesma origem, para modificar os padrões do comércio e da vida no município.

As políticas públicas de planejamento devem fazer levantamento das necessidades de consumo e a previsão da produção necessária, para possibilitar melhor equilíbrio entre produção e consumo, evitando-se o desperdício e a falta de abastecimento que agravam a vida urbana ou o excesso de produção que inflaciona o mercado e gera desperdícios, portanto, prejuízos.

1.1 Objetivos

O objetivo geral do presente trabalho é apresentar uma proposta para geração de trabalho e renda, baseada na preparação da população.

1.1.1 Objetivos específicos

- Criar cursos de formação profissional, baseados na cultura popular
- Criar cooperativas de produção popular
- Criar cooperativas de comercialização da produção

2 A população catarinense

A população das cidades catarinenses, na sua maioria é composta por descendentes de imigrantes que aqui chegaram a partir do período colonial especialmente no início do século XVIII. Esses imigrantes têm muitas origens e culturas, gerando diferenciações que caracterizaram Santa Catarina como um estado produtivo e com desenvolvimento considerado alto, que o tornaram o quinto produtor de alimentos do país, com apenas 1,12 % do território nacional.

A Capitania de Santa Catarina foi criada pela Coroa Portuguesa em 11 de agosto de 1738 e doada a Pedro de Souza, sobrinho de Tomé de Souza, que nunca chegou a tomar posse, uma vez que morreu na viagem ao Brasil. A disputa judicial, que durou muitos anos, exigiu da coroa portuguesa desapropriação, tendo pago o que fora sua propriedade, para doá-la a outro donatário.

Desterro (atualmente Florianópolis) foi escolhido para sede e o Brigadeiro José da Silva Paes foi o seu primeiro Governador. Foi o criador das Fortalezas para a fortificação da Ilha. (RIBAS JUNIOR, 1.998). Os primeiros estrangeiros que vieram para Santa Catarina foram os casais açorianos, na maioria casais jovens que aqui chegaram em 1.748. Vinham com muitos sonhos e vontade de desbravar a nova terra. Em outros períodos históricos chegaram mais imigrantes estrangeiros, como resultado de políticas governamentais criadas para atrair agricultores e mão-de-obra especializada de outros países, como os alemães, os italianos, os poloneses, os franceses, os belgas, os russos e outros (Ribas Junior, 1.998).

Os imigrantes que chegaram ao Brasil, inicialmente os portugueses, descobridores europeus da nova terra, foram seguidos dos italianos e logo depois dos alemães, que iniciaram um processo de ocupação do território. A partir de 1.914, 1.260.000 italianos vieram para o Brasil, ficando 800.000 em São Paulo e 250.000 no Rio Grande do Sul. Em 1.818, alguns alemães adquiriram grandes áreas de terras no Brasil, em função da Lei de 25/05/1808, que permitia a concessão de sesmarias à não portugueses.

A primeira colônia alemã no Brasil foi a Vila Viçosa no sul da Bahia, composta por empresas latifundiárias com base no escravismo, que não tiveram o resultado esperado. Foram, na verdade três vilas, Viçosa, Leopoldina e Vale dos Francos, com cerca de 500 famílias. Para o Rio Grande do Sul, vieram 2.000, para Nova Friburgo, das quais 500 pereceram na viagem. Para o Corps d'Etrangers do Rio de Janeiro, vieram de 2 a 3 mil soldados. Em 1.845, houve uma paralisação na entrada de imigrantes alemães no Brasil, em função da Revolução Farroupilha (1.835 - 1.845) e de crises políticas no Rio de Janeiro, causadas pela volta de D. Pedro I a Portugal. O Segundo período de colonização alemã ocorreu entre 1.844 a 1.859, com a entrada de 9.938 imigrantes. São Pedro de Alcântara, em Santa Catarina, fundada em 1.826, teve a primeira leva de

colonos alemães chegado em 1.829. Somente a pouco tempo passou à condição de município. Mafra foi fundada em 1.929, tendo recebido colonização alemã. Blumenau foi fundada em 2/09/1.850, pelo farmacêutico Hermann Blumenau.

O príncipe Francisco de Orleans e a princesa Dona Francisca receberam em 1.883, 220 Km² de terras entre o mar e a serra, fundando a colônia Dona Francisca, com apenas duas famílias, passando em 1.851 a 118 habitantes. Em 1.883, a colônia passa aos foros de cidade, recebendo o nome de Joinville. Os imigrantes alemães que aí chegaram eram burgueses, acadêmicos, nobres e oficiais e não colonos como os demais imigrantes chegados a outras partes do Brasil. Abandonaram suas terras não por motivos econômicos, mas por problemas políticos. O terceiro período de imigração alemã ocorreu entre 1.870 e 1.871, em decorrência da guerra franco-alemã (1.864-1.870), da guerra do Paraguai e motivada pelas leis do Ventre-livre e Áurea, seguidas da abolição da escravatura, que gerou uma grande falta de trabalhadores. Em 1.875 vieram 15.437 alemães e 47.371 italianos e imigrantes de outras origens para o Brasil. Em 1.873, foram fundadas as cidades de São Bento do Sul e Brusque, pelo Conde Carlos Ranau, exigindo novas levas de imigrantes alemães para Santa Catarina. A guerra do Paraguai, ou guerra da Tríplice Aliança foi desigual, porque o Paraguai possuía o maior exército da América do Sul, com 80.000 homens, sendo 60.000 da reserva. O Brasil possuía 15.000 homens, a Argentina 10.000 e o Uruguai 5.000, exigindo a incorporação de estrangeiros. Ao final da guerra, participaram, pelo Brasil, 83.000 homens, dos quais 26.000 pereceram e 23.000 foram dispensados durante a guerra por incapacidade física ou ferimentos graves. A ferrovia do Contestado (outro conflito ocorrido entre 1.912 e 1.916), uniu Joinville, São Bento, Mafra e Porto União.

No quinto período de imigração alemã, criam-se os municípios de Porto União, Joaçaba, Porto Feliz (Mondaí) e Porto Novo (Itapiranga). Os austríacos fundaram, em 1.933 a cidade de Treze Tílias, no alto da serra entre Joaçaba e Videira, com clima mais parecido com o da terra natal dos colonizadores. Até 1.947, os Sírio-libaneses formaram o oitavo maior bloco de imigrantes no Brasil, com 79.509 habitantes. A elitização do campo é uma tendência, conforme pode ser verificado na Europa atual, onde a micro propriedade rural é administrada com alta produtividade e ganhos com qualidade e preços, que não é o caso brasileiro, onde a produção agrícola é uma cópia constante. Todos plantam o mesmo produto. Não existe um planejamento e uma orientação da produção no sentido de indicar ao agricultor o que é melhor plantar e como garantir o preço de produção, para que não se inflacione o produto, nem aviltem os preços finais de venda ao consumidor. A comunicação de massa tem sido a grande motivadora, em função dos deslumbramentos que apresenta através da mídia à população. E essa mudança está exigindo dos dirigentes uma nova política urbana, que necessita planejamentos cada vez mais atualizados e adaptados a uma realidade em constante mudança.

O processo de urbanização é um fenômeno da segunda metade do século XX, quando está havendo um grande desenvolvimento da automação na agricultura, eliminando-se toda a mão-de-obra artesanal e obrigando a grandes contingentes de colonos a abandonar o campo, transferindo-se para as grandes cidades. O processo nas cidades inicia-se pelas invasões de áreas sem ocupação com a criação de favelas. Os habitantes do interior vendem suas pequenas propriedades ou abandonam os empregos no campo e dirigem-se para os grandes centros a procura de oportunidades de trabalho. Suas economias - quando têm - não são suficientes para iniciar um processo de aquisição de terreno onde possam iniciar a construção de sua casa. Às vezes até conseguem terras clandestinas, vendidas contra recibo, quando muito, de algum “espertinho” que ocupa área pública ou desocupada e a vende em transação ilegal, porque é aceita pela população. Na última metade do século, o processo de urbanização evoluiu de forma espantosa, gerando a migração interna. A maioria da população do interior do estado tem se transferido para as grandes cidades, principalmente para as cidades litorâneas, na expectativa de uma vida melhor. E esse processo é uma tendência, conforme já apresentado, não tendo como reverter em curto espaço de tempo.

Mesmo as cidades brasileiras previamente planejadas como Belo Horizonte e Brasília (Guimarães, 1992 e Nunes e outros, 1995) tiveram suas ocupações de áreas, com criação de favelas, que é um processo de transição urbana necessário para que o povo consiga acesso à moradia e à cidadania (Dallari, 1997). Esse processo exige dos planejadores urbanos um cuidado especial, uma vez que a população carente que representa a grande massa trabalhadora, mesmo com seus vícios e problemas, necessita muito mais auxílio e compreensão que as repressões a que têm sido submetidos. As remoções que se utilizaram no passado não significam boa solução. A grande massa trabalhadora deve ser preparada para a produção equilibrada por políticas de desenvolvimento. Essas políticas são necessárias à evolução urbana de forma homogênea, sem os desequilíbrios comuns que se notam devido à falta de investimentos públicos nas áreas carentes, conforme

constatado nos levantamentos feitos por estudantes do Curso de Arquitetura e Urbanismo nos últimos anos (Szucs, 1996).

O processo de planejamento urbano no Brasil ainda está se formando, com resultados ainda pouco satisfatórios. Há sempre as dúvidas a respeito do retorno do investimento feitos nas bases cadastrais, que mesmo com apresentação de propostas de viabilidade técnica não têm convencido os governantes municipais. Para possibilitar a execução dos levantamentos, tem que ser feita captação de recursos externos, difíceis de conseguir e mais difíceis ainda de pagar, devido às faltas de continuidade dos governos. Os processos de organização municipal necessitam municípios fortes e, são realmente os municípios fortes os que estão em pior situação. O maior município do país é São Paulo e o município foi totalmente inviabilizado pelas administrações e corrupções políticas sem paralelo em toda a história. Em Santa Catarina, os municípios grandes, com mais de 50 mil habitantes, que são apenas 18, estão em boas condições econômicas, no contexto nacional. Não se pode dizer que os municípios estejam realmente muito bem porque na área política, sabe-se somente que um dia houve riqueza, quando a pobreza aparece. E os municípios são todos realmente ricos, porém, todos ainda muito pouco explorados corretamente. O que mais se necessita em todas as administrações municipais é criatividade, para primeiro observar muito bem o que existe a explorar e, em seguida, de forma correta, evoluir economicamente. Os maiores patrimônios municipais são ambiente natural e a população, que necessitam investimentos para atingirem uma evolução racional e vantajosa.

2.1 A criança e suas perspectivas de vida

A criança é o alicerce cultural da cidade e sua sustentação para o futuro. Quando se vê o abandono das crianças na cidade e um número cada vez maior de delinqüentes infantis, as preocupações com o futuro crescem. O uso de drogas, o abandono, a falta de estudo e de perspectivas de vida geram grandes preocupações, que têm que ser transformadas em ações concretas de formação profissional para crianças e adolescentes. As crianças devem aprender brincando e os adolescentes, já podem aprender fazendo, mesmo que com pequena produção, no entanto, que gere renda para sua subsistência e de sua família. O Brasil tem 35 milhões de analfabetos e 8,5 milhões de crianças fora da escola. (IBGE, 1.996). As escolas são a base da sociedade e o sustentáculo para o futuro dessas crianças que iniciam mal suas vidas sem sonhos ou perspectivas de um futuro melhor. Seu problema inicia em casa, onde a tônica é o desamor. A criança é o suporte das tensões e segredos dos pais (Valente, 1.995).

“Nossos filhos são a comunidade do futuro” apesar de todo o avanço tecnológico que se assiste, o que se tem a considerar, nesse apagar das luzes do século XX, de um século ruim, com muitos conflitos, guerras, ódios e outros desacertos, salvando-se, no entanto a tecnologia da comunicação e o avanço da medicina que parecem ter sido os que mais evoluíram. E a evolução, se não foi mais longe, pelo menos, o que se tem a considerar, é que com a tecnologia da comunicação houve uma disseminação maior do conhecimento. O futuro espera comunidades com maior conhecimento e preparadas para enfrentar as adversidades que irão aparecer, sem que o medo do futuro as faça esperar para assistir a concorrência passar à sua frente (SCHUBERT, 1.998).

O medo é a fragilidade humana que deve ser vencido com absoluta fé no futuro que depende muito mais de cada um que dos dirigentes, que nem sempre estão preparados para os problemas que desconhecem. O que está faltando às crianças carentes é uma pessoa capacitada que as oriente. Os programas que algumas prefeituras tem apresentado resolvem em parte os problemas que sempre crescem mais que as soluções. O papel da escola é ensinar, no entanto é muito difícil diferenciar as crianças que têm maior ou menor capacidade de aprender. A escola moderna deve se preocupar mais com aprendizagem que propriamente com ensino. O resultado é mais importante que o objetivo, mesmo porque o estudante é muito avaliado e a escola não é. A escola também deveria ser constantemente avaliada em função dos resultados obtidos por seus alunos. As crianças pobres geralmente são carentes de tudo, especialmente de carinho e de compreensão. Elas geralmente não têm condições de fazer suas tarefas escolares em casa e nem têm apoio dos pais que na maioria dos casos são analfabetos e não os auxiliam nem incentivam a aprender (Ribeiro (1), 1990 e 1995, Pereira e Cobra, 1992). Assim, seu aproveitamento escolar é baixo e suas possibilidades para o futuro ficam extremamente limitadas.

As pesquisas mostram que os problemas são iguais em todo o mundo, principalmente no terceiro mundo. Os trabalhos e pesquisas efetuadas no Brasil (Valente, 1.995), no Chile (Jadue, 1990), na Argentina e no Peru

(Arias, 1996), são muito parecidos. As crianças pobres geralmente têm maior dificuldade em aprender e têm que ser constantemente motivadas para conseguirem aprender. Esse é mais um processo evolutivo da cultura popular que realmente é trabalho de longo prazo, exigindo uma tradição para que apresentem resultado satisfatório. É um trabalho que exige muita dedicação, e extrema persistência, pois realmente se trata de uma luta contra tudo e praticamente contra um sem número de obstáculos. O desânimo jamais deve se sobrepor à persistência, que é própria das pessoas habituadas à pesquisa.

2.2 O adolescente, seus sonhos e horizontes

O termo adolescência, segundo a Organização Mundial de Saúde é definido pelo aparecimento de processos psicológicos e padrões que identificam a passagem da idade infantil para a adulta e a transição de um estado de dependência para outro de relativa independência (Pereira & Cobra, 1.992). O adolescente pobre, praticamente não existe, porque sua infância já o transforma em adulto exigindo sua participação econômica na vida difícil da família, quando não o torna até o cabeça dessa família acéfala geralmente sem o pai e até sem a própria mãe. Assim, iniciam-se os problemas sociais nas cidades com as comunidades cada vez mais carentes, porque não estão preparadas como produtoras nem habilitadas como consumidoras. Valente (1995), afirma que 70% dos adolescentes não conseguem concluir o primeiro grau e 65 % da força de trabalho masculina tinha, em 1985, no máximo a educação primária. Historicamente, os planos governamentais no estado preocuparam-se muito com a construção de escolas e pouco com o ensino.

As escolas profissionalizantes, do tipo “Escola Integrada” construídas nos anos 70, jamais implantaram os cursos profissionais de técnicos em primeiro grau da forma como foi inicialmente prevista. Os Sistemas Integrados de Segundo Grau SIS, implantados, por exemplo, em Criciúma e Lages são exemplos do que deveria ser implantado em todo o estado. A desqualificação profissional começa aí, porque sem uma formação básica ninguém consegue mais trabalho, já que emprego está se tornando uma coisa do passado.

A distribuição de renda que deve ser feita pelo poder público municipal, representado pelas ações de valorização da propriedade urbana, distribuindo espacialmente a população e as obras de infra-estrutura urbana, necessárias às condições de higiene, salubridade, acessibilidade e lazer. São implantadas valorizando a população de nível econômico mais alto, o que ocasiona transferência dos pobres para os ricos, já que os impostos são distribuídos de forma tão desigual como a valorização da propriedade.

As áreas de população carente ficam sem investimento, apesar do Governo Federal investir nos programas Pró-infra, da Caixa Econômica Federal, para financiar a infra-estrutura das áreas carentes, com recurso a fundo perdido. O maior problema que os municípios encontram para usufruírem dessa vantagem é que necessitam, para habilitarem-se aos financiamentos, estarem em dia com suas obrigações sociais com a União, o que nem sempre ocorre.

2.3 A mulher e sua participação social

A participação feminina no mercado de trabalho, que até algum tempo limitava-se às atividades domésticas, está crescendo cada vez mais, uma vez que a renda familiar não pode mais se limitar à renda de uma única pessoa. O próprio mercado, carente de mão-de-obra especializada, tem na mulher uma grande aliada, uma vez que esta, tímida em sua atuação procurou profissionalizar-se, especializando-se em áreas de conhecimento condizentes com suas habilidades, permitindo que pudesse participar em nível não só de igualdade, mas em muitos casos suplantando a atuação masculina, que não se preparou para a competição do trabalho que é muito mais dividido que disputado. Na década de 80, a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro passou de 27 para 39 %, tendo crescido 12 % em dez anos, quando o crescimento populacional foi de apenas 3,6%. Em São Paulo, de 13.202 estudantes que fizeram estágio em diversas empresas (Torres, 1999), 7.009 são mulheres. O espaço de trabalho conquistado pela mulher tem crescido nos últimos anos, não se tratando, no entanto de novidade, uma vez que a mulher tem conquistado seu espaço historicamente a longo tempo. Isso ocorreu de forma tímida, no início, porém, com o tempo, cada vez ocorre com maior ímpeto. Esse mercado que a princípio foi baseado em nichos, considerados próprios para a mulher, passaram cada vez mais a ser os mesmos espaços ocupados pelos homens, até mesmo em trabalhos

que utilizam mais a força, como a própria construção civil e as indústrias de pré-moldados. Há muito que se tenta a formação de mão-de-obra feminina para a construção civil, no entanto o sucesso é raro e pouco animador. Há sempre certa reserva, quanto ao tratamento, principalmente porque os homens que atuam na construção civil, via de regra têm muito pouca instrução, com formação profissional rudimentar ou inexistente.

Em 1.997 foram iniciados cursos de formação de mão-de-obra feminina para a construção civil, em Balneário Camboriú. Os cursos prepararam as mulheres para atividades de construção no bairro Nova Esperança, próximo ao Morro do Boi (onde está sendo perfurado o túnel para a BR101), através de convênios com o SINE. Foram inicialmente treinadas para a produção de tijolos com prensa hidráulica. Posteriormente foram feitos outros cursos, tendo se destacado o curso de pré-moldados de argamassa armada que foi dirigido por uma senhora (inicialmente de profissão manicura e cabeleireira). Os pré-moldados, executados em mesa vibratória, com cura térmica, foram placas de piso de 33 x 33 cm, placas para lajes e marcos para portas. As atividades duraram cerca de seis meses, enquanto existiam recursos do SINE, tendo sido utilizados nas habitações feitas com processo de autoconstrução. Atividades de artesanato, também foram iniciadas, e hoje, uma senhora continua a executar peças artesanais em papel e tecido, no Centro Comunitário, que foi a primeira obra realizada no Bairro. As cooperativas de produção artesanais necessitam incentivos e financiamento para que possam emergir, principalmente para sua participação no mercado gerado pelo turismo, permitindo uma maior difusão da cultura popular. Os exemplos, hoje, já são muitos e diversificados em todo o país, principalmente no nordeste que tem se utilizado desse artifício para a solução dos problemas sociais oriundos da falta de renda das populações carentes.

No artesanato, a mão-de-obra feminina tem se destacado em todos os sentidos. Primeiramente nas atividades tradicionais da mulher, na produção de alimentos, doces e salgadinhos. No vestuário, também se destaca, pela produção e até mesmo do lançamento de moda tanto feminina, como masculina. Os bordados do nordeste, as rendas de bilro de Santa Catarina, o vestuário do interior de São Paulo, onde cidades inteiras sobrevivem e muito bem, da indústria de confecção.

As utilidades domésticas com diversidade enorme, apresentada em alguns mercados do país (Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Florianópolis, Porto Alegre e outras), onde artigos de madeira, vime, fibras diversas, tem demonstrado a criatividade da população e a viabilidade do negócio que cresce cada vez mais. As Feiras de Artesanato, do nordeste, baseadas no turismo tem se proliferado e desenvolvido cada vez mais, apresentando diversas localidades reunidas em boxes de feiras com os mais variados e belos produtos que encantam os olhos dos turistas.

2.4 A participação social dos idosos

Considera-se hoje, com toda a razão, que a velhice não deve ser avaliada de acordo com a idade, mas, sim, conforme a capacidade psicofísica do ancião. O fator biológico deve prevalecer sobre o cronológico. Poucos são, na realidade os velhos que conservam a jovialidade do espírito a alegria de viver, a esperança no futuro, sem se insurgir contra as leis da natureza, que são sábias e irreversíveis. (Pacheco e Silva, 1.978). A velhice somente é viável com um perfeito investimento durante a juventude e por toda a vida. Se a saúde não for preservada não haverá velhice. A pessoa prepara-se durante toda a vida para a velhice, porém, nem sempre se dá conta disso.

Essa preparação física, esportiva, cultural, social, filosófica monta uma grande bagagem que não deve, de nenhuma forma ser desprezada e muito menos desperdiçada. Os velhos deveriam ser preparados para o desenvolvimento cultural da juventude, principalmente nos programas sociais para crianças e adolescentes que necessitam a experiência, o conhecimento e, principalmente o exemplo para seu desenvolvimento. A principal necessidade do idoso é poder prosseguir no tempo. Quando, ao contrário, ele para no tempo, tudo para ele parece passado. E isso não é bom, porque irá obrigá-lo a romper com o passado para viver o presente. Quando se aposenta, tudo para o idoso vira passado e sua vida vira “fita”.

A terapia mais importante, segundo depoimentos (Pereira, 1.990) é realmente tirá-los do passado para que realmente vivam o momento presente, apagando os elos de ligação representados por lembranças e objetos guardados como lembrança. O importante para o idoso é o presente, motivo pelo qual sugere-se a utilização

do idoso e de sua experiência para auxiliar os menores carentes e os adolescentes que perderam seu horizonte de vida, o que os leva ao vício e ao desleixo, necessitando, portanto de auxílio na condução de sua linha de vida a horizontes que os conduzam ao desenvolvimento social desejável. A terapia passa a ser homeopática, porque sempre se tem maior facilidade de ver os erros nos outros. A experiência do idoso, certamente irá conduzir os jovens ao conhecimento, possibilitando-lhes uma evolução mais racional e amparada na paciência e aconselhamento.

Os idosos são o elo imprescindível com as culturas populares, tão importantes para o desenvolvimento social. Esse desenvolvimento é baseado nas raízes culturais da população, fundamentadas na tradição. São essenciais à evolução econômica necessária à subsistência da população com desenvolvimento sustentável.

O trabalho do idoso não deve ser muito intenso, devendo apenas ser baseado no aconselhamento e orientação, numa nova relação de trabalho baseada na observação, sempre conduzida através de pedagogos que saibam aproveitar a experiência dos idosos, para o aprendizado dos jovens.

3 Conclusões

Os cursos de formação profissional deverão ser fundamentados na cultura popular, para um desenvolvimento mais efetivo e justo. Os recursos mal aplicados e desviados, são do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que todos os empregados descontam, de seus salários, gerando recurso de grande monta, gerenciado pela Caixa Econômica Federal. O FAT é administrado pelo SINE, Sistema Nacional de Empregos atualmente municipalizado, porém sem uma efetiva política de aplicação dos recursos, que têm sido distribuídos como “favor político”. A aplicação correta desses recursos deve estar aliado ao desenvolvimento humano, dividido em desenvolvimento cultural, social, econômico e político da população. A produção popular, organizada em cooperativas irá possibilitar vida social mais intensa nas comunidades e liberdade de criação, uma vez que cada um terá renda, de acordo com sua produção, comercializando sua produção com as cooperativas de comercialização.

O mercado moderno é baseado nas teias de comunicação. Todos estão interessados em navegar pela Internet e conhecer as maravilhas do mundo. No entanto, para uma rápida atualização, não é tão necessário conhecer somente o que o mundo faz, mas principalmente o que nós fazemos e que podemos anunciar para que os outros possam comprar. Antes da atualização do que deve ser é, mais urgente saber o que é agora e o que produz para realmente poder anunciar. A tecnologia da dependência gera pessoas que dependem das outras, no entanto sem estarem habilitadas como consumidoras, através do poder de compra, jamais poderão realmente consumir. Esta é, segundo o entendimento, a qualidade de vida que se espera conseguir.

Quem não produz não tem renda e sem renda não consome. A produção passa a ser uma forma de renda real e garantida dependendo, da pesquisa de mercado para definir o que pode ser produzido para que o público realmente venha a consumir. Produzir para gerar estoque sem saída é investimento perigoso porque passa a ser, também desperdício e desperdício é poluição.

O desenvolvimento econômico gerado pela evolução urbana irá reabilitar os consumidores necessários ao processo de desenvolvimento municipal e, como conseqüência estadual e de toda a federação. Os cadastros imobiliários das Prefeituras exigem um investimento alto em levantamentos fotogramétricos e bases de dados que necessitam uma cultura de serviço público difícil de ser conseguida, principalmente porque as cotações dos serviços públicos, não são as melhores.

O humano também é ecológico e a raiz cultural é fundamental na preservação da natureza humana, necessária ao desenvolvimento político do cidadão. Diversas experiências estão em curso, em todo o estado na associação dos programas sociais de idosos aos programas sociais da infância, ligados à Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social. Há, no entanto, necessidade de programas específicos de formação profissional envolvendo uns e outros na transmissão de conhecimento que possibilitem a geração de trabalho e renda baseada na cultura popular.

Sabe-se, hoje, que nada se ensina, porque tudo o que se transmite, baseado nos condicionamentos de quem transmite a informação, vai ser apreendido pelo público ouvinte segundo os condicionamentos de cada um,

significando coisas diferentes, segundo cada formação cultural diferenciada. O aprendizado, no entanto, é diferente, mesmo que seja com aproveitamento diferente para cada indivíduo, funcionará como um laboratório em que cada um evoluirá segundo seu próprio condicionamento. O aprendizado orientado passa a ser uma nova forma de orientação educacional, para que cada indivíduo possa evoluir segundo sua vontade e seu gosto. Pode-se produzir de acordo com os conhecimentos de cada indivíduo e sua vontade, para permitir que o trabalho passe a ser agradável, prazeroso e produtivo.

4 Referências bibliográficas

- Arias, Antônio Valle et all.** *Dimensiones cognitivo-motivacionales y aprendizaje autorregulado*. Lima: Revista de Psicología de la PUCP, Pontificia Universidad Católica del Peru, Departamento de Humanidades, Vol. XIV, N.1, 1996.
- Brasil,** *Estatuto da Cidade - lei 10.257 de 10/7/2001*
- Campos Filho, Cândido Malta.** *Cidades brasileiras, seu controle ou o caos: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1992.
- Dallari, Dalmo de Abreu.** *Estado de direito e cidadania*. São Paulo: ANDES, Universidade e Sociedade. Ano VII, N.14, outubro, 1997.
- Drucker, Peter F. et all.** *A comunidade do Futuro: idéias para uma nova comunidade*. São Paulo: Editora Futura, Trad. Bazán, Tecnologia e Lingüística, 1998.
- Guimarães, Berenice Martins.** *Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios*. Belo Horizonte: Análise & Conjuntura, v.7, n.2 e 3, mai.dez., 1992.
- IBGE.** *Censo demográfico*. Florianópolis, IBGE, 1996.
- Jadue, Gladys.** *Características familiares de los hogares pobres que contribuyen al bajo rendimiento o al fracaso escolar de los niños*. Lima: Revista de Psicología de la PUCP, Pontificia Universidad Católica del Peru, Departamento de Humanidades, Vol. XIV, N.1, 1996.
- Pereira, Jucélia.** *Re-significando o tempo do idoso*. São Paulo: UNESP, Perfil N.3 p.71-76, 1990.
- Pereira e Cobra, David J. & COBRA, Selma de J.** *No posto aduaneiro: a desistência universitária à luz de duas atividades de pesquisa*. São Paulo: UNESP, Perfil N.3 p.71-76, 1992.
- Ribas Junior, Salomão.** *Retratos de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. Do Autor, 1998.
- Ribeiro, Luiz César de Queiroz & AZEVEDO, Sérgio de.** *A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.
- Szucs, Carolina Palermo, Dr^a.** *Habitação Popular e flexibilização do projeto*. São Paulo: FAUUSP - Caderno de Resumos, 1996.
- Valente, Maria Luísa Louro de Castro.** *Fracasso escolar: problema de família?* São Paulo: UNESP, Perfil p.61-67, 1995.